

PARECER Nº , DE 2017

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 342, de 2016 – Complementar, do Senador Raimundo Lira, que *altera o art. 10 da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para agravar a pena do crime de quebra de sigilo.*

Relator: Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES**

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão, para discussão e análise, em caráter terminativo, nos termos do art. 101, II, *d*, do Regimento Interno do Senado Federal, do Projeto de Lei do Senado nº 342, de 2016, de autoria do Senador Raimundo Lira, que *altera o art. 10 da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para agravar a pena do crime de quebra de sigilo bancário.*

O dispositivo a ser alterado prevê para o crime em comento a pena de um a quatro anos de reclusão. Pela proposta legislativa a sanção passaria a ser de dois a seis anos de reclusão.

O autor, em sua justificação, argumenta:

O sigilo bancário é importante expressão do direito constitucional à intimidade previsto no art. 5º, inciso X, de nossa Constituição Federal.

O avanço tecnológico e o fenômeno do *big data* têm contribuído para tornar extremamente fácil a disseminação de dados bancários que deveriam estar protegidos por Lei.

É a hora, portanto, de atualizar a legislação para punir mais severamente a conduta dos bancários e terceiros que contribuam para a violação de tão importante direito fundamental.

Propomos, para tanto, o agravamento da pena do crime de quebra de sigilo bancário para dois a seis anos de reclusão. Hoje a quebra de sigilo bancário é apenada com um a quatro anos de reclusão, sendo certo que a própria doutrina especializada reconhece que “*raramente alguém iria preso pela prática deste delito*” (NUCCI, Guilherme de Souza. Leis



SF/17544.88060-44

Penais e Processuais Penais Comentadas. Vol. 01. 9ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 728).

Até o momento não foram oferecidas emendas.

II – ANÁLISE

Preliminarmente, registro que matéria tratada na proposição em exame está compreendida no campo da competência da União para legislar sobre direito penal, consoante dispõe o art. 22, I, da Constituição Federal (CF), bem como possui seu autor legitimidade para iniciar o processo legislativo, nos termos do art. 61, também do texto constitucional.

Sobre o aumento de penas, no entanto, temos dúvida sobre a eficácia da medida legislativa proposta. Esse tipo de política criminal ainda não conseguiu demonstrar, empiricamente, sua eficiência dissuasória. Parte-se da ideia – muito discutível – de que a adoção de penas mais severas teria maior efeito inibidor sobre a coletividade. Isto é, quanto maior a pena, maior a intimidação geral, maior o contra estímulo, maior a coação psicológica, melhor e mais eficiente a prevenção dos crimes. Esse raciocínio, quando levado ao extremo, pode gerar uma espécie de **“terrorismo penal legislativo”** (expressão utilizada por FERRAJOLI, Luigi. *Direito e razão*, p. 225).

De há muito a doutrina penal tem criticado o recurso frequente ao aumento das penas, cunhando pejorativamente o termo **“direito penal simbólico”**. Significa dizer: a política criminal tem prestigiado mais o efeito simbólico do direito penal do que propriamente seus resultados práticos. Em célebre passagem, CLAUS ROXIN critica a teoria da prevenção geral da pena:

Quem pretender intimidar mediante a pena, tenderá a reforçar esse efeito, castigando tão duramente quanto possível. (...) o argumento contrário assenta no fato de que, em muitos grupos de crimes e de delinquentes, não se conseguiu provar até agora o efeito da prevenção geral da pena. Pode aceitar-se que o homem médio em situações normais se deixa influenciar pela ameaça da pena, mas tal não sucede em todo o caso com delinquentes profissionais, nem tampouco com delinquentes impulsivos ocasionais. Em crimes contra a vida e a moral, a força intimidatória das cominações penais (incluindo a pena de morte) é particularmente escassa. As cruéis penas corporais e de morte dos séculos passados, como do suplício da roda ou esquartejar e cortar em pedaços membros do corpo, não conseguiram fazer diminuir a criminalidade. Cada

crime constitui, aliás, pela sua mera existência, uma prova contra a eficácia da prevenção geral. (ROXIN, Claus. Problemas fundamentais de direito penal, pp. 23-24).

De todo modo, a decisão sobre o aumento ou diminuição de penas é, basicamente, uma decisão política, ou melhor dizendo, de política criminal. No entanto, o legislador deve observar o **princípio da proporcionalidade**, de modo a não apenar igualmente condutas de gravidade diferenciada, e tampouco apenar desigualmente condutas de mesma gravidade. Nesse sentido, três são as referências fundamentais para a adequada individualização legislativa dos tipos penais: a) gravidade da sanção; b) importância do bem jurídico-penal tutelado; c) gravidade do ataque desferido contra tal bem.

Esse o contexto, temos que aumentar a pena de um crime de modo a obstaculizar o benefício da suspensão condicional do processo (art. 89 da Lei nº 9.099, de 1995), sem maiores considerações sobre a insuficiência da sanção vigente e de modo a quebrar a coerência interna do sistema jurídico-penal, indica desproporcionalidade e, conseqüentemente, também **inconstitucionalidade**, razão pela qual somos pela rejeição do projeto de lei em exame.

III – VOTO

Com essas considerações, somos pela **rejeição** do Projeto de Lei do Senado nº 342, de 2016 – Complementar.

Sala da Comissão,

Senador Edison Lobão (PMDB-MA), Presidente

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Relator